

CURRÍCULO RESUMIDO DO DR. ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS

O Dr. Roberto Caldas é bacharel em Direito pela Universidade de Brasília. Atua como advogado nas áreas de direitos humanos, direito constitucional, direito trabalhista, direito administrativo, direito ambiental, direito do consumidor, direito eleitoral e direito internacional, com concentração nos tribunais superiores e no Supremo Tribunal Federal. É, também, membro da Comissão de Ética Pública da Presidência da República desde 2006, com mandato a encerrar em junho de 2012, e membro da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República desde 2010, onde também atuou entre 2003 e 2007.

2. Sua experiência em assuntos relacionados aos direitos humanos advém de sua reputada atuação na área do direito trabalhista e na defesa de direitos sociais. Foi designado pelo Brasil como juiz "ad hoc" da Corte Interamericana de Direitos Humanos nos casos "Escher e Outros - Interceptação de Linhas Telefônicas" (2009), "Sétimo Garibaldi" (2009) e "Júlia Gomes Lund e Outros -Guerrilha do Araguaia" (2010).

3. Também participa, desde 2003, como membro da Comissão Nacional de Direito e Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego e, desde 2008, como representante da Comissão de Ética Pública no Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, órgão vinculado à Controladoria-Geral da União.

4. Caldas já exerceu uma série de mandatos no âmbito do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, tendo sido fundador e Presidente da Comissão Nacional de Direitos Sociais e Coordenador da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, a qual integra a Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB.

5. Publicou, ademais, artigos sobre direitos sociais em periódicos, abordando assuntos como o direito à moradia e a aplicação no ordenamento jurídico brasileiro de convenções da Organização Internacional do Trabalho. Participou, finalmente, da elaboração de capítulo sobre a Comissão Nacional

da Verdade e a Lei Geral de Acesso à Informação, no livro "Resgate da Memória da Verdade: Um Direito Histórico, Um Dever do Brasil", organizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.